

## **Terra e trabalho nos corredores de desenvolvimento: entre o Maranhão (Brasil) e Nacala (Moçambique)**

### **Land and work in development corridors: between Maranhão (Brazil) and Nacala (Mozambique)**

*Sávio José Dias Rodrigues*

Doutor em Geografia (UFC/CE) e Professor do Curso de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros (UFMA/MA), Brasil  
[emaildoautor@pucminas.br](mailto:emaildoautor@pucminas.br)

#### **Resumo**

Temos o objetivo de refletir acerca da questão agrária relacionada à precarização do trabalho em espaços periféricos de Moçambique e Brasil, especialmente Nacala e Maranhão, respectivamente, em que grandes projetos de desenvolvimento são implantados com o discurso de modernidade e fim da pobreza. Contraditoriamente, a pobreza, o acesso a terras, a migração de pessoas para atuarem em situações de trabalho precário se reproduzem nesses espaços. A construção de corredores logísticos, com a Estrada de Ferro Carajás e o Corredor de Desenvolvimento de Nacala tem acarretado transformações econômicas nas regiões em que se localizam, com mudanças nas matrizes econômicas, mas também, com mudanças na posse do território, fazendo com que comunidades percam suas terras, prolifere a pobreza, produzindo situações de desigualdade e vulnerabilidade. O trabalho precário, o trabalho escravo, o trabalho forçado são consequências dessas situações de vulnerabilidade que contrastam com o discurso de desenvolvimento, sendo, dessa maneira, resultado dessa modernidade trazida com a internacionalização da economia na atual globalização.

**Palavras-chave:** Trabalho, Desenvolvimento, Território, Brasil/Moçambique

#### **Abstract**

We aim to reflect on the agrarian issue related to the precariousness of work in peripheral areas of Mozambique and Brazil, especially Nacala and Maranhão, respectively, in which large development projects are implanted with the discourse of modernity and end of poverty. In contrast, poverty, access to land, migration of people to work in situations of precarious work are reproduced in these spaces. The construction of logistics corridors, with the Carajás Railroad and the Nacala Development Corridor, have led to economic transformations in the regions where they are located, with changes in the economic matrixes, but also with changes in the territory's ownership, causing communities lose their land, create poverty, and produce situations of inequality and vulnerability. Precarious work, slave labour, and forced labour are consequences of these situations of vulnerability that contrast with the discourse of development, being, in this way, the result of this modernity brought with the internationalisation of the economy in the current globalisation.

**Keywords:** Work, Development, Territory, Brazil/Mozambique.

### **1. INTRODUÇÃO**

Temos como intuito refletir acerca das questões referentes a terra e ao trabalho em áreas de expansão de grandes projetos de desenvolvimento na parte norte de Moçambique, especialmente na província de Nacala, e no Nordeste brasileiro, no Estado do Maranhão. Este trabalho apresenta alguns dos resultados da pesquisa intitulada “QUESTÃO AGRÁRIA E PRECARIZAÇÃO DO

TRABALHO EM ÁREAS DE EXPANSÃO DE GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL E EM MOÇAMBIQUE” e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão - FAPEMA.

Duas categorias permeiam as reflexões desta pesquisa, a de território e a de trabalho. Essas duas categorias, nos parece, serem elucidativas aos processos decorrentes do desenvolvimento do modo de produção capitalista, especialmente, em regiões periféricas do planeta, espaços que podemos chamar de espaços subalternos. Aqui centramos as reflexões a partir dos processos encontrados em torno da Estrada de Ferro Carajás, no Estado do Maranhão-Brasil e no Corredor de Nacala, província de Nacala-Moçambique. Para isto, procedemos pesquisa bibliográfica, centrando nas categorias já mencionadas, buscando o estado da arte em torno da questão agrária nas duas localidades, bem como, levantamento de dados em instituições de pesquisa. O projeto de pesquisa surgiu das experiências dos pesquisadores, compartilhadas em grupos de pesquisa, departamentos e eventos. Essas experiências mostraram que o discurso desenvolvimentista permeia as ações do Estado e está atrelada às grandes empresas, no âmbito geral da globalização. A globalização que Milton Santos analisa e que vincula processos de internacionalização da economia (SANTOS, 1996), modernização do território (COSTA, 2015), e precarização da mão de obra (RODRIGUES, 2016) e que se dá de maneira conflitiva na produção dos territórios (COSTA, 2016).

É possível, de início, se falar que há uma contradição entre o projeto de desenvolvimento em curso e a reprodução de situações de precarização do trabalho. Ao mesmo tempo em que há a produção de regiões com uma dinâmica diferenciada, que não atende estritamente os limites territoriais oficiais, e que encontra base nas atividades dos grandes empreendimentos. Ao mesmo tempo em que trazem consigo a ideia de salvação do território, esses grandes projetos, também, têm sido vinculados a violações de direitos humanos das comunidades nos territórios de instalação e de violação de direitos trabalhistas. Esse fato pode ser visualizado com mais clareza em regiões periféricas do modo de produção capitalista, que são, inclusive, estigmatizadas pela pobreza e acesso a renda, como é o caso de regiões do Brasil e Moçambique. O caso do “Novo Nordeste Brasileiro”, e mais especificamente, na região de entorno da Estrada de Ferro Carajás (EFC), que ao mesmo tempo em que tem vislumbrado a expansão de grandes empreendimentos agropecuários, de silvicultura, minerais e siderúrgicos, também tem sido o espaço da reprodução da desigualdade. Da mesma forma, o norte de Moçambique, no corredor de Nacala, onde grandes projetos têm surgido e, inclusive, com financiamento do governo brasileiro, mas que ainda permanece com desigualdades sociais candentes.

Trata-se, aqui, de pesquisa acerca dos elementos da questão agrária brasileira e moçambicana que se vinculam a precarização do trabalho nesses dois países, especialmente na região de influência da Estrada de Ferro Carajás (EFC), no Estado do Maranhão, Brasil e, de maneira

semelhante, no norte de Moçambique, na província de Nampula, a região que se denominou de Corredor de Nacala.

## **2. GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO NO MARANHÃO E EM NAMPULA: OS CASOS DA EFC E DO CORREDOR DE NACALA**

Os grandes empreendimentos são apresentados como redentores do território, sendo associados, em seus discursos com a criação de postos de trabalho, assalariamento, e, supostamente, à diminuição da pobreza. Eles, também, são colocados como sinônimos da modernidade. No Maranhão (Brasil) e em Nampula (Moçambique), os grandes projetos de desenvolvimento estão no contexto de reprodução do Modo de Produção do Capital (MPC). Assim, trabalho, capital e processos como de empobrecimento, concentração de terras, acumulação, dentre outros são evidenciados na sua análise.

A precarização do trabalho, bem como a escravidão contemporânea aparecem como integrantes da modernidade que chega em espaços periféricos no Brasil e em Moçambique. O trabalho escravo tem se apresentado como uma contradição do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, sobretudo, a partir do panorama discursivo criado com a modernização da economia do país, aparecendo essa forma de exploração do trabalho como um elemento antagônico. Entretanto, sua permanência no campo, bem como o aumento de suas ocorrências na cidade, tem demonstrado que o trabalho escravo não é antagônico à modernização econômica. Estamos entendendo aqui, que no Brasil, o trabalho escravo é uma situação-limite da precarização do trabalho, de acordo com outras pesquisas (RODRIGUES, 2016), porém, a precarização abarca mais situações, que de acordo com Vasapollo (2005) estão ligadas a flexibilização do modelo pós-fordista. Essa precarização tem forte ligação com as situações de pobreza dos trabalhadores que se submetem a ela, que lhes confere uma situação de vulnerabilidade. Sendo assim, a precarização do trabalho pode ser associada a exansão de grandes projetos de desenvolvimento na periferia do modo de produção capitalista.

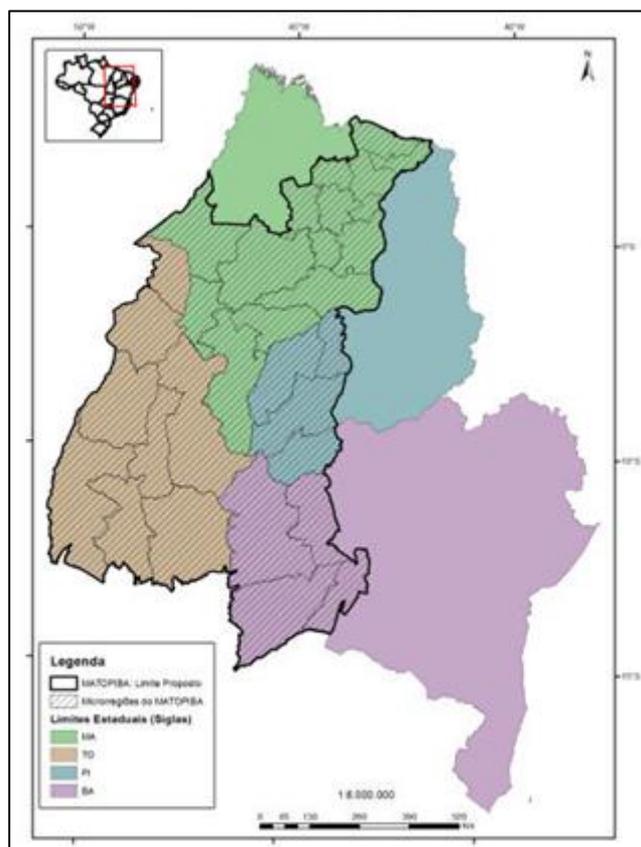
Entendemos que essa precarização está associada às transformações no mercado de trabalho que atendem a demandas da reprodução do capital. Assim, a diminuição do tempo de giro do capital a partir do trabalho como categoria é um elemento importante. Esta diminuição de tempo está relacionada ao baixo investimento em capital relativo (como pela diminuição de salários) ou de capital fixo. Esses elementos estão ligados ao novo mundo do trabalho a que Ricardo Antunes (ANTUNES, 2000; 2010; 2013) se refere, sobretudo, na reestruturação produtiva no Brasil, mas, que também pode ser encontrada em outros países com a expansão da produção capitalista, nisso, sobretudo, em países do continente africano que cada vez mais são representativos do investimento de potências como Estados Unidos ou China, mas que também representaram, na primeira década do século XXI, um espaço privilegiado na geopolítica de países em ascensão, como o Brasil.

Entre os anos de 2000 a 2017, a China investiu cerca de US\$ 75 bilhões (R\$ 150,6 bilhões) em projetos no continente africano, tentando expandir suas influências políticas e econômicas. Esses projetos são de ajuda e desenvolvimento, somando ao todo 1.673 projetos distribuídos em 51 países, Zimbábue (295), Gana (195) Zâmbia (167) Sudão (164), Etiópia (159) e Quênia (151) são os países que mais receberam projetos, Angola e Moçambique, que também tem presença brasileira em projetos, receberam financiamentos chineses para 91 e 130 projetos respectivamente. Por áreas, a saúde teve 174 projetos, educação 136 e transporte e armazenamento, 103. Em relação ao volume de investimento, a área de transporte e armazenamento é campeã, com US\$ 16,6 milhões (R\$ 33,2 milhões) e geração e suprimento de energia com US\$ 14,7 milhões (R\$ 29,4 milhões) (BBC, 2013). Essa expansão de investimentos chineses tem sido parte da estratégia da China em manter a sua segurança energética e de matérias-primas essenciais para seu crescimento. Assim, o país oferece benefícios como financiamentos de longo prazo, baixo custo e assistência técnica (ALVES, 2010)

A internacionalização da economia, como vem sendo chamada, sobretudo no campo, tem também dado como resultado contradições no mundo do trabalho. Entre uma tecnificação da produção, a manutenção de formas de escravização. A precarização do trabalho aparece no campo como uma forma de aumento de ganhos por parte dos empregadores. No campo, essa precarização tem denotado cada vez mais formas de trabalho que expõem o trabalhador a riscos físicos, de saúde, e que o põem em situações degradantes. Situações como alojamentos precários, sem infraestrutura, alimentação insuficiente ou estragada, dentre outras, evidenciam uma fragmentação da dignidade dos trabalhadores no contexto que estamos analisando.

A criação de novas regiões agropecuárias tem sido parte da modernização da economia como estratégia de organização da produção. O que estamos chamando de “Novo Nordeste” tem uma dinâmica ligada aos processos de modernização, mas que guarda elementos do tradicional. Essa região abrange os Estados do Piauí, Maranhão e Bahia, sendo integrante do chamado MAPITOBA, que abarca ainda mais o Estado do Tocantins, já no norte do país.

O agronegócio da soja, as plantações de eucalipto, o corredor norte de exportação e o complexo minero-siderúrgico, o turismo predatório, dentre outras atividades tem sido parte do projeto modernizador dessa região. Esse movimento de regionalização da produção, com seletividade espacial (SANTOS, 2005) que está associada a processos de expansão e retração do capitalismo, e que pode ser sintetizado no que é descrito por David Harvey (2005) como sendo o Desenvolvimento Geográfico Desigual do Capitalismo pode ser, da mesma maneira, com suas peculiaridades, vislumbrado em Moçambique.



**Figura 1** - Mapa do MAPITOBA, onde se localiza o chamado “Novo Nordeste” (Maranhão, Piauí e Bahia)  
**Fonte:** EMBRAPA.

A Estrada de Ferro Carajás (EFC) se insere no contexto de Grandes Projetos de Desenvolvimento nessa nova região de expansão de atividades ligadas ao MPC, representando um dos eixos do desenvolvimento no estado no contexto regional. A Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (2009, p. 26), no “Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial do Maranhão” afirma que:

A economia do Maranhão está estruturada em dois grandes eixos de desenvolvimento e integração, que englobam macro-cadeias produtivas de elevado dinamismo e modernização: o agronegócio de alimentos e energia, com destaque para a moderna produção da região sul, onde se expande a soja, o milho, a cana-de-açúcar e a pecuária; e o complexo minero-metalúrgico, concentrado na parte oeste e norte (São Luís) do estado. Esses dois eixos expressam e consolidam uma relativa diversidade econômico-social interna, concentrando o dinamismo nas microrregiões sul e sudoeste, e no eixo da ferrovia, além da capital, ponto de convergência e de suporte logístico da economia maranhense.

A EFC aparece como parte do discurso de desenvolvimento criado no Estado do Maranhão, sendo considerada como área de alcance o total de 21 municípios cortados diretamente e 2 com influência. Ela foi inaugurada em 1985 e percorre 892 Km entre os estados do Pará e Maranhão, escoando, sobretudo o minério retirado da maior mina a céu aberto do mundo, Carajás (PA), para ser exportado pelo Porto de Ponta da Madeira, na ilha de São Luís (MA). Passa por ela mais de 120 milhões de toneladas de carga e 350 mil passageiros por ano. Ela se integra a ferrovia Norte-Sul para

formar o chamado corredor Centro-Norte. Essa estrutura logística tem sido utilizada não somente para o transporte de minério de ferro, mas também como apoio a produção de soja no Maranhão. No entorno, várias atividades ligadas a siderurgia se instalaram no decorrer dos anos, modificando a dinâmica econômica dos municípios cortados pela EFC. Podemos dizer que ela cria um sistema técnico próprio, em que ciência, tecnologia de ponta fazem parte deste, reestruturando o espaço no seu entorno.

Em Moçambique, o PROSAVANA aparece no contexto de investimentos estrangeiros no continente africano, sendo um esforço brasileiro de inserção na geopolítica mundial a partir de influências adquiridas com projetos de cooperação para o desenvolvimento e para o combate à fome. Esse esforço se junta a abertura de embaixadas em países do continente, ao todo foram abertas 44 embaixadas entre 2005 e 2014 e investimentos em cooperação, como por exemplo, em projetos agrícolas.

A chamada cooperação sul-sul se constitui como uma mudança no panorama de cooperações que envolvem países do chamado mundo subdesenvolvido, demonstrando uma multipolaridade no contexto das relações desses países. Esta cooperação tem se caracterizado pela sua dimensão econômica e política, apresentando nuances de caráter geopolítico, sobretudo quando analisamos casos específicos, exemplo do Brasil e sua inserção. O país tem adentrado na cooperação sul-sul, sobretudo almejando a sua entrada no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), nisso, se engajou em buscar de apoio a partir da abertura de embaixadas em países do continente africano e com a abertura de linhas de créditos nesses países em conjunto com projetos agropecuários. A expansão da chamada Estratégia Fome Zero também fez parte dessa empreitada. Nesse sentido, a criação do que foi chamado de PAA África<sup>1</sup>, que teria por base, a aquisição de alimentos junto a agricultores familiares e que são direcionados para alimentação de estudantes em escolas selecionadas nos países de implantação: Moçambique, Etiópia, Malauí, Níger e Senegal (SILVA, ALVINO, ANO).

O PROSAVANA foi um programa lançado em 2009, sendo cooperação entre Moçambique, Brasil e Japão compreendendo projetos de cooperação técnica para a agricultura do Norte de Moçambique. Inspirado no Programa de Cooperação Brasileira e Japonesa para o Desenvolvimento Agrícola do Cerrado (PRODECER), o programa teve como objetivo realizar transformações na forma de produzir na região conhecida como Corredor de Nacala (PERIN, s/d). O programa é marcado por grandes contradições, tanto do ponto de vista da transparência, como, também em relação aos objetivos e resultados alcançados. Ao mesmo tempo em que o modelo do PROSAVANA atua na

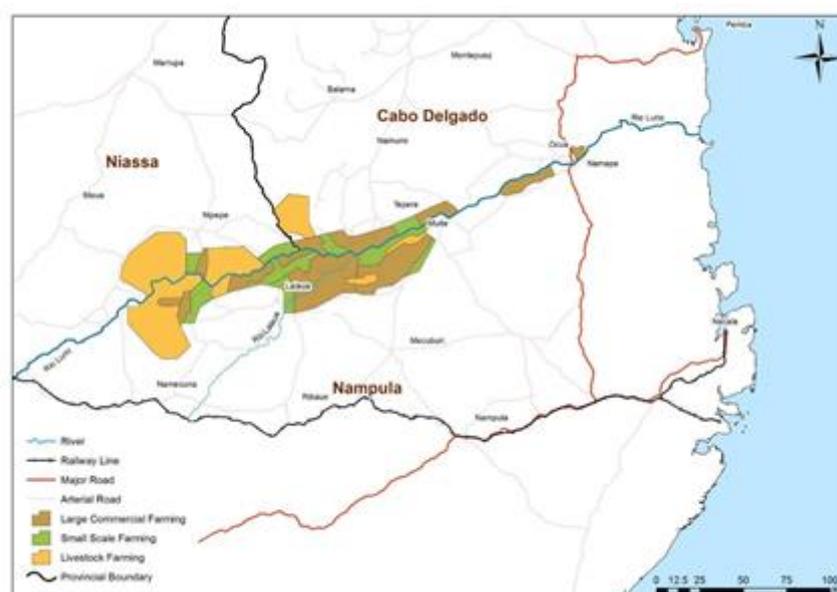
---

<sup>1</sup> Como ficou conhecido o programa intitulado “Purchase from Africans for Africa”, iniciativa proposta pelo Brasil e com apoio da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, o Programa Mundial de Alimentos, o governo do Reino Unido e os governos dos respectivos países no continente africano. O projeto tem inspiração no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) implantado no Brasil como parte da política de combate a fome.

transformação do espaço regional, com grandes investimentos com o objetivo de inserir Moçambique na economia internacionalizada a partir das técnicas da “Revolução Verde” (GUANZIROLI; GUANZIROLI, 2015), a pobreza no país ainda permanece sendo grave e generalizada, chegando até a aumentar em determinados períodos, de 2003 e 2009, a participação de população em situação de pobreza, passou de 54.1% para 54.7% do total, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) e revelado pela FAO (FAO-REPRESENTAÇÃO EM MOÇAMBIQUE, 2015). Em 2013, a proporção de pessoas em situação de extrema pobreza no país saltou para 6% do total, cerca de 15 milhões de pessoas (LUSA, 2016) Outro dado é que a situação de “segurança alimentar” da população, em 2006, era problemática, com cerca de 35% dos agregados familiares em situação de insegurança alimentar. Já um levantamento de 2011 mostrou que 43% das crianças rurais com menos de cinco anos de idade sofria de mal nutrição crónica (MICS, 2011).

Os dados do Banco Mundial mostram que entre 2000 e 2016, o PIB/Capita passou de 562 para 1.128, representando um pouco mais de 100% de crescimento. Apesar disso, esse crescimento não acompanhou a inclusão. Por exemplo, 8 em cada 10 pobres vivem nas áreas rurais do país. O crescimento anual do consumo tem se dado a uma proporção bem desigual, em que na parcela de 40% mais pobres aumentou apenas 2,6%, enquanto nos 20% mais ricos o crescimento foi de 7% de aumento de consumo (THE WORD BANK, 2018).

O corredor de Nacala, abarca as províncias de X', tem sido alvo de investimentos brasileiros e japoneses a partir do PROSAVANA, acarretando transformações na produção local. Essa transformação pode ser descrita, principalmente, com a exportação de um modelo já implantado no Brasil que é de expansão da soja nos cerrados brasileiros.



**Figura 2-** Corredor de Nacala nas províncias de Niassa, Cabo delgado e Nampula (área de estudo) em Moçambique.

**Fonte:** UNAC, 2015.

No seio da produção dessas regiões, nos respectivos países, entendemos que a questão agrária e um conjunto de relações de trabalho que são reproduzidas a partir, principalmente, da precarização da vida são centrais no entendimento da dinâmica do modo de produção. As formas de limitação à terra e produção da pobreza, o não acesso à renda e aos meios de produção são parte desse processo. Dessa maneira, contraditoriamente, a precarização do trabalho se coloca como integrante da produção de regiões especializadas e concentradas, do ponto de vista do capital, com altos fluxos de capital e vinculadas ao mercado internacional.

## **2.1. Subalternidade e exploração do trabalho em regiões de expansão de grandes projetos de desenvolvimento**

A contribuição de Milton Santos acerca dos espaços luminosos (SANTOS, 1993), circuito inferior e superior da economia (SANTOS, 2008), e dos processos vinculados à globalização (SANTOS, 1997a; 1997b) e das metamorfoses do espaço resultantes desses processos (SANTOS, 1996) são importantes para nossa análise aqui. Assim como as contribuições alavancadas por David Harvey em torno do desenvolvimento desigual e combinado (HARVEY, 2004), das dinâmicas espaciais vinculadas ao modo de produção (HARVEY, 2005; 2010; 2011). Elas se associam ao que estamos chamando de espaços subalternos e periféricos de acordo com as dinâmicas da globalização e da relação do espaço geográfico com a dinâmica do MPC.

A subalternidade a qual estamos nos referindo aqui, como a espacialização do modo de produção capitalista, pode ser resumida, mesmo que simploriamente, com o enunciado de serem depósitos de mão de obra barata, não uma população genérica, mas sim, o espaço de classes subalternas às quais Antonio Gramsci (1999) se refere. Obviamente, a escala na análise é essencial, pois esta pode evidenciar ou esconder essa população específica. Essa subalternidade que é produzida de acordo com demandas do modo de produção só tem sentido com a leitura da transferência geográfica de valor que é encontrada como uma discussão importante na obra de Edward Soja (1993). Derivada da discussão geral de transferência de valor contida no livro de Karl Marx, “O Capital”, essa teoria reside na diferenciação de firmas, ramos, setores e localização. A presença de áreas com maior ou menor produtividade, razões capital-trabalho altas e baixas, taxas variáveis de lucro, mas todas dentro do mesmo mercado integrado (SOJA, 1993) faz com que haja uma descompensação no ganho real de capital por região, aparecendo áreas mais densas do ponto de vista do capital e outras opacas. Porém, a característica de opaca não exclui a região da composição orgânica, estrutural e funcional do capitalismo, a escala pode, nesse caso, fazer aparecer ou não. O autor concebe que só há transferência geográfica de valor, pois há um desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo. Assim, a espacialidade desse processo “[...] é muito semelhante à da estrutura centro-periferia e aos

mosaicos empíricos multiestratificados do desenvolvimento geograficamente desigual, com os quais está firmemente entrelaçado” (Idem).

O envio de mão de obra se insere na transferência a que aludimos aqui, mas a partir da produção de capital feita a partir da apropriação do trabalho de maranhenses em outras regiões do país. Ela se assemelha ao que Edward Soja (1993) exprime como sendo um primeiro nível de transferência, porém, não é a mesma coisa. Para ele, esse primeiro nível se caracteriza pelas diferenças geográficas dos sistemas de produção e dos processos de trabalho associados. O valor adicionado por determinada região e a renda da população é menor em relação a outras regiões. A diferença reside em que a produção de capital se dá fora da região de origem, mas com sua população.

Assim, a subalternidade, expressa por essa geografia desigual e a pela transferência geográfica de valor, tem relação com a mobilização de mão de obra para proceder a produção de capital em regiões diversas. Dessa maneira, dois elementos se evidenciam, a pobreza das regiões de origem e a precarização do trabalho em regiões de destino, sobretudo, as formas contemporâneas de trabalho escravo<sup>2</sup>.

Autores como Leonardo Sakamoto (2011) consideram que “a superexploração e o trabalho escravo estão vinculados a um cálculo racional realizado pelo empregador, buscando uma lógica da acumulação” (SAKAMOTO, 2011, p. 399). Assim, podemos dizer que o trabalho escravo, não é uma condição pré-moderna que tende a acabar com o avanço do capitalismo. O aprisionamento do trabalhador se dá com a intenção, pelo capitalista, de diminuir o tempo de trabalho pago ao trabalhador e aumentar o que Marx (2013) chama de tempo de trabalho excedente. Apesar de ter um histórico de uso de trabalho escravo sobretudo nas fronteiras agropecuárias, ele se reproduz intensamente em centros urbanos.

O Maranhão passa a ser um espaço peculiar na análise da reprodução do trabalho escravo no Brasil. Primeiramente, o estado se apresenta como uma situação limite, nos discursos governamentais e dos grandes empreendimentos, na busca pela modernidade e pelo progresso econômico. A pobreza, os baixos índices sociais fazem com que a modernidade seja apresentada como redentora do estado. Os Estados do Pará e do Maranhão são os estados que mais apresentaram casos identificados de trabalho escravo no Brasil, segundo a CPT, com 40% e 11% dos casos respectivamente entre os anos de 1995 a 2016. Outros dois estados que se destacam são Tocantins e Mato Grosso, com 9% e 8% respectivamente. Apesar de já apresentar um número considerável em relação aos casos identificados no período de 1995 a 2016, o Maranhão ganha maior importância para o trabalho escravo quando visualizamos os dados de envio de trabalhadores que são resgatados de trabalho escravo.

---

<sup>2</sup> O trabalho escravo contemporâneo no Brasil é considerado crime previsto no Código Penal brasileiro, que diz: “Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto” (BRASIL, 1940).

O grande fluxo de trabalhadores se dá com a ida para exercerem funções em diversas atividades, mas sobretudo, funções que demandam força física e com baixa remuneração. As situações de pobreza e limitação de acesso a recursos naturais encontradas nos municípios de origem dos trabalhadores são fatores de vulnerabilidade desses trabalhadores, que os fazem aceitarem trabalhos precários, com baixa remuneração, sem acesso a direitos trabalhistas, etc, e no limite, serem aliciados para o trabalho escravo contemporâneo.

A falta de acesso a terras aparece nos relatos de trabalhadores resgatados de trabalho escravo como principal fator que faz com que os trabalhadores migrem para fora dos seus lugares de origem. Como no relato trabalhador rural de Açailândia que foi resgatado, “Pra mim mesmo, que nem eu to lá num pedacinho lá velho pretendo ficar por lá mermo, é que eu trabalho num negócio de vasão plantando arroz dentro d’água no verão ai vou passando a vida, como Deus quer”.

Os mesmos fatores de vulnerabilidade, fazem com que esses trabalhadores, também, naturalizem sua condição precária no trabalho. Esse mesmo informante, apesar de apresentar seu desejo de ficar “incasa”, diz assim: “Ah! isso aconteceu porque acho que sou nalfabeto não tenho leitura de nada mermo serviço tem que fazer assim mermo não tem outro jeito”. O fato de não ter formação é exposto como uma condição, um elemento que, inevitavelmente, vai dar como consequência situações como do trabalho escravo. Essa situação não pode ser contradita, ela tem que ser aceita como se fosse um destino para os pobres. Ele assim continua: “Aceitar né?! Num tinha outro jeito. Tava começando... a mulher tava prenha incasa, aí... rapá tem que saí. Por que ficar aqui vou fazer o quê com a mulher? Tem que saí mermo. E faz de conta e não resolveu nada minha situação”.

### **3. O CORREDOR DE NACALA E ESTRADA DE FERRO CARAJÁS E O QUE SOBROU DO DESENVOLVIMENTO**

O que vem sendo disseminado como desenvolvimento em espaços subalternos ou periféricos passa por uma mudança na dinâmica econômica, muitas vezes, com a substituição de atividades produtivas associadas a grupos tradicionais por uma produção ligada aos grandes circuitos do capital. Assim, grandes projetos, como por exemplo, os corredores de desenvolvimento em questão, o corredor de Nacala, na província de Nampula (Moçambique) e EFC, no estado do Maranhão (Brasil), tem em seu entorno transformações na a dinâmica de produção alterada por atividades vinculadas às novas cadeias logísticas que podem ser visualizadas com tipo de produção, mercado de trabalho, atividades em expansão, etc. A região de entorno da EFC, e

No caso dos 21 municípios cortados e 2 sob influência direta da EFC, essa nova dinâmica é evidente com a mudança de matriz econômica, como por exemplo, São Luís, Açailândia, Santa Rita, Bacabeira e Buriticupu. Nesse sentido, atividades como de construção, de transporte e

armazenagem, alojamento e alimentação e imobiliárias passam a ter um papel importante, além das atividades de comércio e reparação de veículos automotores. Na tabela abaixo é possível se ver o aumento de 4 tipos de atividades nos municípios de Açailândia e de Bacabeira.

**Tabela 1** - Média de salários em subsetores do IBGE – Açailândia, Bacabeira.

Município	Ano	Construção	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	Transporte, armazenagem e correio	Alojamento e alimentação
Açailândia (MA)	2006	2,46	49,07	3,34	1,87
	2016	5,62	49,25	4,57	6
Bacabeira (MA)	2006	4,35	37,68	4,35	4,35
	2016	8,41	41,12	9,35	8,41

Fonte: IBGE – Censo das Empresas.

Ao mesmo tempo que essas mudanças no espaço se processam, podemos visualizar que para a maior parcela da população isso não se concretiza como desenvolvimento. Dessa maneira, por exemplo, o IDH dos municípios cortados pela EFC permanece sendo baixo. Se considerarmos esses municípios como uma região isolada, temos que o seu IDHM é de 0,603, enquanto no Estado do Maranhão é de 0,639. Uma contradição, se levamos em consideração que a EFC tem um papel prioritário no discurso de desenvolvimento produzido no Maranhão.

Outros elementos podem ser enumerados aqui, como o salário médio mensal. Nesse caso, o Estado do Maranhão já apresenta um salário médio baixo, de aproximadamente 2,4 salários mínimos em 2016, tendo, inclusive uma queda em relação a 2006, que foi de 2,5. A região de municípios da EFC apresentou em 2016 um salário médio de 1,9 salários mínimos, tendo um crescimento em relação a 2006, que foi de aproximadamente 1,4 salários mínimos. Nesse período, municípios como Açailândia e São Luís, os dois maiores PIBs, apresentaram uma diminuição do salário médio mensal, de 2,4 para 1,9 salários mínimos e 3,4 para 3,1 salários mínimos respectivamente.

Em relação ao total de terras destinado a agricultores familiares e não familiares, a tabela a seguir demonstra os dados de 2006:

**Tabela 2** - Número de estabelecimentos e área – Maranhão e região da EFC.

	Número de estabelecimentos agropecuários - percentual do total geral		Área dos estabelecimentos agropecuários - percentual do total geral	
	Não familiar	Agricultura familiar	Não familiar	Agricultura familiar
Maranhão	8,71	91,29	65,36	34,64
Região EFC	12,84	87,16	69,44	30,56

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário.

Para o Maranhão, os dados apresentam que 8,71% dos estabelecimentos são não familiares e tem 65% do total da área geral, enquanto 91,29% dos estabelecimentos são familiares e detém 34,64% do total da área. Em relação a região da EFC, 12,84% são não familiares, bem maior que o estado, detendo a posse de 69,44% da área geral. 87,16 dos estabelecimentos são familiares e detém 30,56% do total da área geral.

A relação entre grandes projetos de desenvolvimento e as consequências para as comunidades é bem analisada na dissertação de mestrado da historiadora Desni Lopes de Almeida (2012). Ela aborda o que chama de “Os trilhos do desenvolvimento” no município de Açailândia. Trata especificamente do povoado de Piquiá de Baixo, fazendo uma análise das consequências da instalação dos grandes empreendimentos siderúrgicos. Essa atividade sofre influência direta da EFC, sendo abastecida pelo minério que por ela escoia nos trens da Vale. Dessa maneira, a autora traz a questão agrária, a pobreza, a concentração de riquezas, o trabalho escravo, dentre outros para tipificar a região de implantação dos projetos siderúrgicos ligados a ferrovia. Outros trabalhos, como o de Bartolomeu Mendonça (2017) também buscam analisar a relação da pobreza com os grandes empreendimentos no Maranhão. O autor busca, a partir de situações empíricas de deslocamentos compulsórios, expropriações dos territórios, dos recursos, dos produtos, dos saberes, etc. contestar a ideia da modernidade como sendo expressão da humanidade civilizada, fazendo uma nova leitura da colonialidade como um sinônimo da modernidade e o que ele denominou de *continuum colonial*.

Os grandes projetos de desenvolvimento, apesar do seu discurso vinculado a criação de emprego e renda no Maranhão, bem como, de “redenção do território”, têm atuado principalmente na desterritorialização de comunidades camponesas no Maranhão (RODRIGUES, 2010), com os conflitos entre camponeses e agricultores da soja e produtores de eucalipto em várias regiões do estado.

A região formada pelos 23 municípios cortados pela Estrada de Ferro Carajás (EFC) ou sob influência direta desse empreendimento são os municípios que mais enviam trabalhadores para o trabalho escravo. É possível constatar, a partir de dados da Comissão Pastoral da Terra, que a quantidade de trabalhadores resgatados do trabalho escravo oriundos de municípios cortados pela EFC. Assim, de um lado, no que estamos chamando de região da EFC podem conviver dois processos: de mobilização de mão de obra precária para serem arregimentadas em outras regiões do país, como também a própria ocorrência de trabalho escravo na região.

Em relação ao envio de trabalhadores para o trabalho escravo, em 2015, uma grande quantidade de trabalhadores resgatados de trabalho escravo tinha como origem municípios cortados pela ferrovia, como Anajatuba (146), Bom Jesus das Selvas (46), Açailândia (320), Alto Alegre do Maranhão (97) e Buriticupu (110). Ao mesmo tempo que a EFC é apresentada como o sinônimo da

modernização do território, vários trabalhadores migram pelas condições de pobreza, limitação de acesso a terras e a recursos naturais e são aliciados para o trabalho escravo.

Os dados a seguir mostram os principais municípios emissores para o trabalho escravo.

**Tabela 3** - Total de resgatados de trabalho escravo nos municípios cortados pela EFC – Região da EFC.

MUNICÍPIOS	TOTAL DE	%	TOTAL DE	%
	RESGATADOS POR NATALIDADE 2003-2016		RESGATADOS POR REFERÊNCIA 2003-2016	
Açailândia	151	1,9%	320	5,0%
Alto Alegre do Maranhão	48	0,6%	97	1,5%
Anajatuba	165	2,1%	164	2,6%
Arari	20	0,3%	6	0,1%
Bacabeira	1	0,0%	1	0,0%
Bom Jardim MA	86	1,1%	77	1,2%
Bom Jesus das Selvas	10	0,1%	46	0,7%
Buriticupu	30	0,4%	110	1,7%
Cidelândia	11	0,1%	27	0,4%
Igarapé do Meio	10	0,1%	18	0,3%
Itapecuru Mirim	168	2,1%	143	2,2%
Itinga do Maranhão	21	0,3%	38	0,6%
Miranda do Norte	10	0,1%	15	0,2%
Monção	156	2,0%	97	1,5%
Pindaré-Mirim	69	0,9%	82	1,3%
Santa Inês MA	110	1,4%	58	0,9%
Santa Rita MA	43	0,5%	50	0,8%
São Francisco do Brejão	10	0,1%	39	0,6%
São Luís	103	1,3%	110	1,7%
São Pedro da Água Branca	11	0,1%	49	0,8%
Tufilândia	6	0,1%	15	0,2%
Vila Nova dos Martírios	7	0,1%	13	0,2%
Vitoria do Mearim	71	0,9%	21	0,3%
Total da REGIÃO DA EFC	1.317	16,6%	1.596	24,9%

Fonte: CPT – Síntese estatística.

Outro dado é em relação aos municípios de referência dos trabalhadores resgatados. Eles indicam a referência de endereço, diferente do outro dado que indica o município de origem, de naturalidade. No caso do município de referência, 24,9% dos trabalhadores indicaram os municípios da região no cadastro do seguro desemprego. Novamente, Açailândia, Anajatuba e Itapecuru Mirim figuram entre os principais municípios da região que enviam trabalhadores para serem aliciados.

Não só o envio de trabalhadores, o que pode ser ligado a pobreza, mas a própria ocorrência de trabalho escravo na região é uma evidência de uma contradição do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Dos 361 casos de trabalho escravo registrados no Maranhão entre os anos de 2003 a 2015, 200 foram registrados na região da EFC, sendo que 27% desses casos aconteceram em apenas um município, Açailândia. Bom Jesus das Selvas e Bom Jardim juntos registraram mais de 12% dos casos. Esses municípios são centrais para as atividades relacionadas à estrada de Ferro

Carajás, tanto em relação a siderurgia, como a produção de eucalipto, o que mostra a centralidade dessa modernidade para a reprodução do trabalho escravo.

A questão da propriedade das terras, distribuição da produção, impactos socioambientais, dentre outros são importantes aqui, sobretudo, para caracterizar a situação que o corredor de Nacala tem imposto a pequenos produtores do outro lado do Atlântico. Da mesma maneira que no Maranhão, na província de Nampula, o corredor de Nacala tem sido efetivado como parte do discurso de desenvolvimento em Moçambique, como redentor do território, saída efetiva para a pobreza. Nesse contexto, a construção do discurso em torno de “terras inutilizadas” em Moçambique no âmbito do PROSAVANA é um exemplo das contradições existentes nos grandes projetos de desenvolvimento. Assim, o modelo de agriculturas de rendimento trazido pelo programa esbarra na produção familiar do norte moçambicano. O que na verdade é funcional à estrutura do modelo central do programa, em que se cria uma massa de trabalhadores rurais sem terra e de pequenos produtores sem condição de competir com grandes produtores de commodities (PERIN, s/d).

A reflexão em torno da terra feita por Elmer Agostinho Carlos de Matos e Rosa Maria Vieira Medeiros (2014) nos traz alguns processos a se pensar no contexto moçambicano. Para eles:

A terra desempenha um papel fundamental nas comunidades locais, onde a mesma além de ser uma fonte de reprodução social desses grupos, se torna extensão dos mesmos, por sedimentar uma ligação com os seus antecedentes, transformando-se em espaços adequados para a sacralização das relações espirituais. A terra é, também, o alicerce da cultura e consequentemente reprodutora de formas específicas de organização e de ocupação do espaço. A luta pela terra configura-se como parte integrante das necessidades de qualquer povo, principalmente nas sociedades africanas, com destaque para a moçambicana, onde se perpetua a linhagem e se consolidam os grupos étnicos.

Processos que vêm desde o período da colonização, tiveram impactos na forma que a terra é utilizada no país. As lutas de libertação e a independência significou a devolução das terras aos reais donos. Porém, as reformas econômicas visando a inserção do país na economia globalizada significou um novo ciclo de privatização das terras a partir de territorialidades exógenas aos lugares.

A modernização do território pode ser indicada como processo que relaciona elementos presentes na produção do espaço brasileiro e moçambicano, estando atrelado a grandes empreendimentos. Da mesma forma que a absorção em pequena escala de mão de obra de baixo custo, precária e migrante é parte imbricada, a perda de terras e áreas de produção por povos e comunidades tradicionais acontece estruturalmente. Dessa maneira, podemos dizer que a reprodução do modo de produção capitalista no espaço se dá com a modernização do território e a precarização do trabalho. Entendemos que isso se dá a partir de um desejo constante de diminuição do ciclo de capital (HARVEY, 2005), acarretando estratégias do modo de produção de sair de suas crises cíclicas (HARVEY, 2013).

Da mesma maneira que no Brasil, a “revolução verde” nos países africanos, sobretudo, em Moçambique, é associada a modernização técnica e à *salvação de crises humanitárias* (GUANZIROLI; GUANZIROLI, 2015). De fato, esses grandes empreendimentos são apresentados como sendo antagônicos do que vem se considerando, sobretudo, no senso comum, como o *arcaico* e que será substituído naturalmente pelo *moderno*. A expulsão das famílias camponesas, que passam a viver nas periferias das cidades, a proliferação da pobreza de maneira sistemática e das desigualdades sociais com a concentração de terras e capital por elite seletivas, aliadas a fragmentação das culturas locais das comunidades tradicionais e que historicamente produziram os antigos territórios por onde o agronegócio e os grandes empreendimentos avançam, têm sido os principais impactos sociais e econômicos desse processo. Além disso, a mudança na forma de produção do espaço, com novas relações de produção e uma maneira diferenciada de organização do trabalho também podem ser apontadas no processo de desenvolvimento da moderna agricultura nessas áreas de fronteira.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa se propôs a fazer uma relação entre questão agrária e precarização do trabalho a partir da expansão de grandes empreendimentos em regiões específicas de Moçambique e Brasil, especificamente, Nacala e Maranhão, respectivamente. Esses espaços são periféricos do ponto de vista do capital, mas tem se inserido na lógica do MPC como fronteiras de desenvolvimento. Assim, a expansão de grandes projetos de desenvolvimento associado a investimentos de grandes vultos de capital. Esses grandes investimentos têm sido associados ao desenvolvimento, ao combate a pobreza, a criação de empregos, etc. Porém, contraditoriamente, nesses espaços, a pobreza permanece e até se acirra. Situações de conflitos por terra, de acesso de comunidades às terras, migrações de camponeses, etc. aumentam com o avanço desses grandes empreendimentos.

A migração de camponeses, bem como as situações de vulnerabilidade destes também traz a tona a situação de precarização do trabalho e, sobretudo, de reprodução do trabalho escravo no Brasil. O Maranhão tem um grande significado, nesse sentido, pois é um dos principais exportadores de mão de obra para o trabalho escravo. Assim, como Nacala, os grandes empreendimentos têm se relacionado tanto a exploração de mão de obra precária, quanto, também, a situações de trabalho degradante nessas regiões.

O discurso do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade social que é reproduzido no seio dos grandes empreendimentos tenta mascarar a precarização do trabalho, assim como o trabalho escravo contemporâneo e o trabalho forçado nas fronteiras de expansão. Na verdade, esse discurso se atrela com o fim da pobreza e da geração de renda para substanciar o avanço do

agronegócio se anunciando como sendo a solução do problema da miséria. O agronegócio é demonstrado como o redentor do campo brasileiro, que traria o progresso e a modernidade, com a integralização do uso de técnicas ao cotidiano do trabalhador, a criação de postos de trabalho e a substituição das relações atrasadas por condições de trabalho dignas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. L. **Os trilhos do desenvolvimento na Amazônia Maranhense - conflitos e contratos: o caso Piquiá de Baixo Açailândia – MA.** 2012. 145 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sócio Espacial e Regional) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2012.

ALVES, A. G. M. P. Os interesses econômicos da China na África. **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 1, p. 25-32, 2010.

ANTUNES, R. (Org.). **A Dialética do Trabalho: escritos de Marx e Engels.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 200p.

ANTUNES, R. Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil. In: ANTUNES, R.; SILVA, M. A. M. **O avesso do trabalho.** São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 13-28.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** 5. ed. São Paulo: Boitempo, 2000. 264p.

BBC. **Mapa do investimento chinês na África revela destino de US\$ 75 bi.** 2013. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/04/130430\\_china\\_africa\\_ru](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/04/130430_china_africa_ru). Acesso em: 27 fev. 2019

BRASIL. Código penal. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm); Acesso em: 19 dez. 2014.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Síntese estatística - Campanha da Cpt contra o trabalho escravo,** 2017. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/component?searchword>. Acesso em: 05 fev. 2015.

COSTA, C. R. R. **O litoral do Maranhão, entre segredos e descobertas: a fronteira de expansão do turismo litorâneo na periferia do Brasil.** 2015. 264 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

COSTA, C. R. R. **Turismo, produção e consumo do espaço nas comunidades de Redonda e Tremembé, Icapuí-Ceará.** 2010. 107 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

COSTA, S. B. **Chapadas e Lutas: resistência camponesa no Baixo Parnaíba maranhense na rota do agronegócio silvicultor - conflitos territoriais e "usos" da natureza.** 2016. 193 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

CUNGUARA, B.; GARRETT, J. **O Sector Agrário em Moçambique: Análise situacional, constrangimentos e oportunidades para o crescimento agrário.** Diálogo sobre a Promoção de Crescimento Agrário em Moçambique. Maputo, 2011.

EMBRAPA. **Desenvolvimento Territorial Estratégico para Região do MATOPIBA:** Parceria INCRA e EMBRAPA (MDA e MAPA). 2015. Disponível em: <https://www.embrapa.br/gite/projetos/matopiba/index.html>; Acesso em: 10 mar. 2019.

FAO – REPRESENTAÇÃO EM MOÇAMBIQUE. **Programa da FAO em Moçambique no âmbito do Programa das Nações Unidas “Delivering is one”.** Maputo: FAO/NAÇÕES UNIDAS, 2015. 43p.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere.** Volume 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. 494p.

GUANZIROLI, C. E.; GUANZIROLI, T. Modernização da Agricultura em Moçambique: determinantes da renda agrícola. **RESR**, Piracicaba, v. 53, n. 1, p. 115-128, 2015.

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço.** 1. ed. São Paulo: Annablume, 2005. 252p.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna.** 20 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010. 352p.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2011. 238p.

HARVEY, D. **Espaços de Esperança.** 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004. 384p.

LUSA. **Moçambique tem 15 milhões em pobreza extrema: 60% da população.** Disponível em: [https://www.rtp.pt/noticias/mundo/mocambique-tem-15-milhoes-em-pobreza-extrema-60-da-populacao-banco-mundial\\_n951222](https://www.rtp.pt/noticias/mundo/mocambique-tem-15-milhoes-em-pobreza-extrema-60-da-populacao-banco-mundial_n951222); Acesso em: 25 fev. 2019.

MARX, K. **O Capital:** crítica da economia política: livro I. 26. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. 208p.

MATOS, E. A. C.; MEDEIROS, R. M. V. Acesso a terra e exploração mineira em Moçambique: que implicações para as comunidades locais. **Campo-território**, Uberlândia, v. 9, n. 17, p. 599-621, 2014.

MENDONÇA, B. R. **Continuum colonial:** colonialidade (=modernidade), empreendimentos capitalistas, deslocamentos compulsórios e escravos da República no Estado do Maranhão, Brasil. 2017. 319 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Departamento de Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Maranhão, São Luiz, 2017.

RODRIGUES, S. J. D. **Organização Camponesa em Balsas/Ma e a Expansão do Agronegócio da Soja:** implicações da resistência camponesa no Sul do Maranhão. Fortaleza-CE. 2010. 124 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

RODRIGUES, S. J. D. **Quem não tem é escravo de quem tem:** Migração camponesa e a reprodução do trabalho escravo. 2016. 213 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

SAKAMOTO, L. M. Os acionistas da casa grande: a reinvenção capitalista do trabalho escravo no Brasil contemporâneo. In: FIGUEIRA, R. R.; PRADO, A. A. (Orgs.). **Olhares sobre a escravidão contemporânea: novas contribuições críticas**. Cuiabá: EdUFMT, 2011. p. 371-402.

SANTOS, M. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SCARLATO, F. C.; ARROYO, M. (Orgs.). **O novo mapa do mundo: fim de século e globalização**. São Paulo: HUCITEC, 1997a. p. 12-18.

SANTOS, M. **A Urbanização brasileira**. 1. ed. São Paulo: HUCITEC, 1993. 157p.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. 4. ed. São Paulo: Editora Hucítec, 1996. 136p.

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana**. 2. ed. São Paulo: Editora da USP, 2008. 440p.

SANTOS, M. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997b. 176p.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social**. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. 324p.

THE WORD BANK. **Actualidade Económica de Moçambique: Redução na Pobreza, mas Aumento da desigualdade**. 2018. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/mozambique/publication/mozambique-economic-update-less-poverty-but-more-inequality>; Acesso em: 25 fev. 2019.

UNAC. **Os usurpadores de terras do Corredor de Nacala**. 2015. Disponível em: <https://www.grain.org/article/entries/5136-os-usurpadores-de-terras-do-corredor-de-nacala>. Acesso em: 10 mar. 2019.

VASAPOLLO, L. **O trabalho atípico e a precariedade**. 1. ed. São Paulo: Expressão popular, 2005. 120p.

Trabalho recebido em 08/07/2019  
Trabalho aceito em 11/07/19